

HABEAS CORPUS Nº 570.469 - RJ (2020/0079355-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CLAUDIA VALERIA TARANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : THIAGO HENRIQUE LIMA DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de THIAGO HENRIQUE LIMA DA SILVA e JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Desembargadora Kátia Maria Amaral Jangutta – Apelação n. 0420789-25.2015.8.19.0001).

Depreende-se dos autos que os pacientes foram condenados às penas de 14 anos de reclusão, no regime inicialmente fechado, e de 10 dias-multa pela prática dos delitos inscritos nos arts. 121, §2º, II e IV [homicídio qualificado], e 155, §4º, IV [furto qualificado], ambos do Código Penal (e-STJ fls. 110/115).

Interposta apelação pelas partes, o Tribunal de origem deu parcial provimento aos recursos, majorando a sanção para 14 anos e 6 meses de reclusão, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 116/117):

APELAÇÃO. Artigos 121, §2º, II e IV, e 155, §4º, IV, ambos do Código Penal. Condenação. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Aumento das penas-base, de ambos os delitos. RECURSO DEFENSIVO. Anulação do julgamento. Decisão do Júri contrária à prova dos autos. Reconhecimento da forma privilegiada descrita no artigo 121, §1º, do Código Penal. Redução das penas-base do acusado José Raimundo. Aplicação do artigo 29, §1º, do Código Penal (participação menor importância), em relação ao acusado José Raimundo. Parecer da Procuradoria de Justiça. Aplicação da fração de 1/6, face o reconhecimento da atenuante da confissão.

1. Em sede de crimes contra a vida, o Tribunal do Júri é o Órgão ao qual a Constituição Federal atribuiu competência para decidir e julgar, a teor de seu artigo 5º, XXXVIII, não havendo que se questionar sua decisão, se escolhida uma das teses oferecidas em Plenário, fundou-se a condenação em provas seguras que a ampare, militando eventual dúvida a respeito de alegada contrariedade à

prova dos autos, a favor da soberania daquele Órgão. No caso, a condenação encontrou suporte nas provas técnicas acostadas aos autos, bem como na segura prova oral colhida no decorrer do processo, restando demonstrado que os acusados são os autores dos delitos de homicídio duplamente qualificado, e furto qualificado, praticados contra a vítima Francisca Márcia Mesquita Ferreira.

2. Impossível o reconhecimento da forma privilegiada, eis que não há qualquer prova de que os agentes tenham agido "sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima", requisitos necessários para a configuração do privilégio. na forma do artigo 121, §1º, do Código Penal.

3. Penas-base fixadas de forma fundamentada, em consonância com as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, não havendo qualquer reparo a ser feito.

4. Reconhecida a atenuante da confissão, deverá ser adotada a fração de 1/6, para reduzir as penas, conforme entendimento que vem sendo adotado nesse Colegiado, em casos semelhantes.

5. Impossível a aplicação do artigo 29, §1º, do Código Penal (participação menor importância), em relação ao acusado José Raimundo, não havendo qualquer elemento de prova nos autos, que indique que não tenha concorrido direta e eficazmente para a prática dos delitos, ou que não possuía o domínio final do fato juntamente com o corréu Thiago.

RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

Daí o presente writ, no qual sustenta a defesa "*que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, no tocante à caracterização do privilégio, restando violados os artigos 121, parágrafo 1º, do Código Penal e 593, inciso III, alínea 'd', do Código de Processo Penal*", em razão da "*presença do domínio de violenta emoção, logo após a injusta provocação da vítima, comprovada nos autos*" (e-STJ fls. 5/6).

Subsidiariamente, pontua haver ilegalidade na dosimetria quanto ao aumento da pena-base do crime de homicídio, de 1/4 acima do mínimo com suporte em uma circunstância judicial (e-STJ fls. 7/13).

Diante disso, a defesa requer, liminarmente, "*a imediata soltura dos pacientes para que respondam o processo em liberdade até o julgamento deste writ*", e, no mérito, "*seja DETERMINADA a SUBMISSÃO DOS PACIENTES A NOVO JULGAMENTO PERANTE O TRIBUNAL DO JÚRI, já que a decisão dos jurados, ao não reconhecerem a figura privilegiada do homicídio, foi manifestamente contrária à*

Superior Tribunal de Justiça

prova dos autos, ou, SUBSIDIARIAMENTE seja REDUZIDA a fração de aumento das penas-base, para ambos os Pacientes, do crime de homicídio qualificado, já que a majoração em 1/4 (um quarto) se mostrou excessiva, tão somente pela valoração negativa de uma circunstância judicial, qual seja, recurso que dificultou a defesa da vítima, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, REDIMENSIONANDO-SE a sanção definitiva, como medida da mais lúdima JUSTIÇA" (e-STJ fls. 13/14).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator